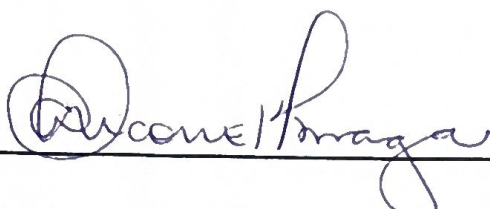


Aos vinte dias do mês de julho de dois mil e vinte e seis, às dezessete horas e trinta minutos, na sede do Instituto Municipal de Previdência de São José do Rio Pardo, situado à Rua Tarquínio Cobra Olyntho, número 69, Vila Pereira, município de São José do Rio Pardo, SP, reuniram-se ordinariamente os membros do Comitê de Investimentos do Instituto Municipal de Previdência de São José do Rio Pardo. Estiveram presentes os membros Amanda Chiconello Braga, Anderson Luís Fonseca Pirola, Cintia Ribeiro da Silva, Rodrigo Marin Figueira e Ronaldo Silva Lozano. A reunião contou também com a presença online dos representantes da i9advisory Marcos Almeida e Douglas. O senhor Douglas da i9advisory deu início aos trabalhos apresentando uma detalhada análise de conjuntura. No cenário internacional, destacou-se a persistência do conflito geopolítico no Oriente Médio, que se estendeu ao longo de todo o primeiro semestre de dois mil e vinte e seis, impactando a cadeia de exportação de petróleo e pressionando a inflação global. Esse comportamento tem forçado os principais bancos centrais, como o Banco Central Europeu e o Federal Reserve nos Estados Unidos, a adotarem discursos e posturas mais conservadoras em relação à manutenção de juros em patamares elevados para conter a inflação. No plano nacional, registrou-se um ruído em relação à política monetária após o Comitê de Política Monetária (COPOM) adiantar a janela de projeção do horizonte de metas. Embora o mercado tenha visto uma deflação expressiva em junho, a projeção consensual do Boletim Focus sinaliza que a inflação fechará o ano acima do limite estabelecido, frustrando as expectativas iniciais de rebaixamento da taxa básica. O Boletim Focus revisou as expectativas de taxa de juros terminal de aproximadamente 12% para 14,25% ao ano, provocando estresse relevante na curva de juros nacional e volatilidade nos ativos de renda fixa marcados a mercado. Como reflexo direto desse estresse macroeconômico, a rentabilidade consolidada da carteira de investimentos no mês de junho de dois mil e vinte e seis registrou variação positiva de 0,05%. Esse desempenho situou-se temporariamente abaixo da meta atuarial estabelecida para o período (índice INPC+5,62%). No acumulado do ano de dois mil e vinte e seis, a carteira de investimentos registrou rentabilidade de 5,25%, em comparação com o objetivo atuarial acumulado de 6,28%, o que representa um descasamento passivo temporário de 1,04%. Apesar do descasamento, os indicadores de risco e de liquidez demonstram que a estrutura financeira do Instituto permanece extremamente sólida e protegida contra intempéries graves de mercado. O Value-At-Risk (VaR) global consolidado da carteira fechou o mês em 1,80%, patamar substancialmente inferior aos limites estritos definidos na Política de Investimentos vigente. Quanto ao enquadramento por liquidez, encerrou o trimestre com 46,97% dos seus recursos alocados com liquidação de 0 a 30 dias totalizando R\$ 138.712.048,09 (cento e trinta e oito milhões, setecentos e doze mil, quarenta e oito reais e nove centavos), o que supera com ampla margem o limite regulamentar mínimo de 10% fixado pela Política de Investimentos. A parcela líquida entre 31 e 365 dias encerrou em 14,11%, enquanto os ativos com vencimento acima de 365 dias responderam por 38,92% do patrimônio líquido consolidado do Instituto, que fechou em R\$ 295.312.410,02 (duzentos e noventa e cinco milhões, trezentos e doze mil, quatrocentos e dez reais e noventa e dois centavos). O Comitê de Investimentos debateu as alternativas operacionais para a destinação dos recursos decorrentes do vencimento iminente do fundo de investimento CAIXA BRASIL 2026 X TP FIF RF - RESPONSABILIDADE LIMITADA, agendado para o dia 17 de agosto de 2026. Atualmente, este ativo representa um saldo de R\$ 17.151.481,15 (dezessete milhões, cento e cinquenta e um mil, quatrocentos e oitenta e um reais e quinze centavos). Considerando o cenário eleitoral que tradicionalmente acentua as incertezas fiscais para o segundo semestre, e as diretrizes de isenção de risco repassadas pela consultoria, deliberou-se de forma unânime pelo reinvestimento integral do saldo em um fundo do tipo Referenciado DI de alta liquidez e baixíssima volatilidade dentro da própria Caixa Econômica Federal. A consultoria sugeriu a utilização do fundo Caixa Topázio Renda Fixa DI, que apresenta a mesma taxa de administração competitiva praticada por outras instituições de grande porte (0,10% a.a.), permitindo acomodar os recursos sem incorrer em custos operacionais elevados. A decisão técnica e administrativa baseia-se na importância de manter esses recursos alocados temporariamente em um fundo conservador para preservar o caixa do Instituto. Adicionalmente, deliberou-se que a alocação dentro da própria instituição financeira que originou o recurso (Caixa Econômica Federal) é altamente benéfica por neutralizar possíveis ruídos comerciais ou tensões de cunho político local no decorrer do ano eleitoral. A consultoria i9advisory comprometeu-se a enviar ao Comitê a análise comparativa detalhada do fundo Caixa Topázio para formalização do credenciamento.



e envio dos dados operacionais antes do vencimento em agosto. O Comitê de Investimentos deliberou sobre a manutenção de sua posição em Renda Variável no fundo Itaú Private Ações Index Ibovespa FIC de FI, que atualmente conta com um saldo de R\$ 8.098.778,23 (representando 2,74% do patrimônio líquido global do instituto). No mês de junho, em linha com a instabilidade da bolsa de valores nacional, o ativo registrou uma oscilação de -0,95%; contudo, mantém um desempenho consistente no acumulado do ano, com rendimento consolidado de 6,85%. O senhor Marcos alertou que, devido ao fato de o instituto não dispor da certificação Pró-Gestão ativa no momento, as alocações em fundos de ações enquadrados no Artigo 8º I da Resolução CMN nº 5.272/25 encontram-se sob regime de desenquadramento passivo. Pelas regras vigentes, o instituto pode manter as posições existentes, mas novas aplicações ou migrações de recursos nesse artigo estão vedadas até a regularização da certificação. Desse modo, se o fundo do Itaú fosse resgatado, o montante não poderia ser reinvestido em outro fundo de ações, obrigando a transferência dos recursos para fundos de CDI, o que reduziria a diversificação e a rentabilidade potencial de longo prazo do plano previdenciário. Diante dessas restrições operacionais e regulatórias, o Comitê decidiu, por unanimidade, manter a posição atual no fundo do Itaú. Sem mais assuntos, a reunião foi encerrada. Eu, Ronaldo Silva Lozano, lavrei a presente ata que será assinada por todos os presentes

Amanda Chiconello Braga



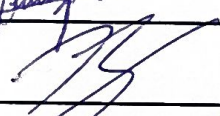
Anderson Luís Fonseca Pirola



Cintia Ribeiro da Silva



Rodrigo Marin Figueira



Ronaldo Silva Lozano

